

Bruxelas, 19.12.2016
COM(2016) 810 final

RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

**Relatório Anual 2016 sobre a execução dos instrumentos de financiamento das ações
externas da União Europeia em 2015**

{SWD(2016) 456 final}

COMPROMISSOS GLOBAIS

Em 2015, a Europa defrontou-se com desafios globais novos e em constante evolução. A União Europeia (UE) reagiu mobilizando um leque completo de políticas e instrumentos, que englobaram a diplomacia, a segurança, as finanças, o comércio, a cooperação para o desenvolvimento e a cooperação humanitária, bem como a ajuda, segundo uma abordagem global e atenta ao fator tempo.

Ao longo do ano, a UE continuou a desempenhar um papel preponderante nos esforços desenvolvidos a nível internacional para resolver as situações de crise e prestar apoio, nomeadamente na Ucrânia, na Síria, no Iraque e na Líbia. A UE também trabalhou incansavelmente com os seus parceiros internacionais contra as atividades do Daech.

Em 2015, a **UE e os seus Estados-Membros continuaram a ser o maior doador mundial de ajuda ao desenvolvimento**, promovendo os valores fundamentais europeus da paz, da segurança, do desenvolvimento sustentável, da redução da pobreza e dos direitos humanos em todo o mundo, ajudando assim a combater as causas profundas de numerosas crises. Em 2015, a Comissão Europeia desembolsou, só por si, **mais de 10,3 mil milhões de euros em ajuda pública ao desenvolvimento (APD)**. O 11.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)¹, dotado de um orçamento de 30,5 mil milhões de euros para o período 2014-2020, ficou plenamente operacional no decurso do ano.

A tendência mundial para um agravamento das catástrofes naturais ou provocadas pelo homem manteve-se em 2015. A Comissão Europeia forneceu uma **ajuda de emergência superior a 1,4 mil milhões de euros**, sob a forma de alimentos, abrigos, proteção, cuidados de saúde e água potável a **mais de 120 milhões de pessoas em mais de 80 países**.

Através da **Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD)**, a UE toma em consideração em todas as suas políticas os objetivos de desenvolvimento suscetíveis de ter um impacto nos países em desenvolvimento. Em 2015, o quinto relatório da UE sobre a CPD² publicado pela Comissão salientou os progressos realizados e os desafios que ainda subsistem na área da CPD a nível da UE e dos Estados-Membros.

Forjar um futuro comum: dos ODM aos ODS - a Agenda 2030

Em 2015 assistiu-se a enormes progressos na **cooperação internacional** no domínio da redução da pobreza, do desenvolvimento sustentável e da redução do risco de catástrofes. 2015 marcou o final do prazo dos **Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)** e ofereceu uma oportunidade para refletir sobre os progressos alcançados e os desafios que ainda subsistem.

A UE desempenhou um papel preponderante na adoção de uma série de **acordos internacionais históricos** que, no seu conjunto, redefinem o caminho a seguir pela cooperação internacional e o desenvolvimento para os próximos 15 anos.

¹ https://ec.europa.eu/europeaid/funding/about-funding-and-procedures/where-does-money-come/european-development-fund_en

² SWD(2015)159 final, 3.8.2015.

De 25 a 27 de setembro de 2015, a comunidade internacional reuniu-se nas Nações Unidas, em Nova Iorque, com vista a adotar uma visão audaciosa e transformadora para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza: «**Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**»,³ que contém um conjunto de 17 **objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)**.

A Cimeira das Nações Unidas, que teve lugar em setembro, foi o culminar de um longo e inclusivo processo de negociação intergovernamental, no qual a União Europeia desempenhou um papel de liderança. Uma comunicação da Comissão relativa à parceria global⁴ e as conclusões subsequentes do Conselho⁵ demonstraram o empenhamento construtivo da UE.

Antes da cimeira, a terceira **Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento das Nações Unidas (ONU)** realizada em Adis Abeba, em julho de 2015, tinha aprovado um pacote completo de meios de execução da Agenda 2030. O Programa de Ação de Adis Abeba instituiu um novo modelo de desenvolvimento sustentável, fundado na boa governação e centrado nas responsabilidades para todos, no carácter prioritário da ação a nível nacional, incluindo a mobilização dos recursos, na importância de políticas favoráveis, no papel do setor privado e no compromisso em favor da coerência das políticas.

A APD continuará a desempenhar um papel importante e, em maio de 2015, a UE assumiu um ambicioso compromisso coletivo de atingir o objetivo fixado pelas Nações Unidas de consagrar 0,7 % do rendimento nacional bruto (RNB) à APD no período coberto pela Agenda 2030. Tal inclui um compromisso específico de afetar 0,15-0,20 % do RNB à APD a curto prazo e de atingir 0,20 % no período coberto pela Agenda 2030⁶. No entanto, a APD representa apenas uma fração do panorama do financiamento do desenvolvimento. Em consonância com o programa de ação de Adis Abeba, as ações da UE não se limitam à APD e contribuem para combinar ajuda, investimento, comércio, mobilização dos recursos nacionais e boas políticas.

O **setor privado** tem também um papel fundamental a desempenhar na boa **execução da Agenda 2030**. Através da Comunicação intitulada «Reforço do papel do setor privado no crescimento inclusivo e sustentável nos países em desenvolvimento», a Comissão apoia a participação do setor privado no desenvolvimento desde 2014⁷.

Em 2015, a Comissão promoveu um diálogo estruturado com o setor privado através de manifestações importantes como o Fórum de políticas para o desenvolvimento, o evento consagrado ao setor privado à margem da Conferência sobre o financiamento do desenvolvimento de Adis Abeba, e a criação de um grupo de peritos com os Estados-Membros.

³ <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>

⁴ http://ec.europa.eu/europeaid/communication-global-partnership-poverty-eradication-and-sustainable-development-after-2015_en

⁵ <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2015/05/26-fac-dev-council-conclusions-global-partnership/>

⁶ <http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-9144-2015-INIT/en/pdf>

⁷ COM(2014) 263 final de 13.5.2014.

Redução do risco de catástrofes

Em março de 2015, na terceira Conferência Mundial sobre a redução do risco de catástrofes, os Estados-Membros da ONU adotaram o Quadro de Ação de Sendai para a redução do risco de catástrofes 2015-2030, aprovado em seguida pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Enquanto primeiro acordo no domínio do desenvolvimento pós-2015, o Quadro de Ação de Sendai constitui a base de um programa de desenvolvimento sustentável capaz de ter em conta o risco de catástrofe e de lhe resistir.

Uma Política Europeia de Vizinhança revista

A Comissão Europeia e a Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros adotaram uma comunicação conjunta intitulada «Para uma nova Política Europeia de Vizinhança» que contém propostas sobre a forma de a UE e os seus países vizinhos constituírem parcerias mais eficazes na vizinhança, que proporcionem um enquadramento estratégico e façam da estabilização a principal prioridade política.

Estratégia de médio prazo para a política de alargamento da UE

A perspetiva firme de adesão à UE continua a favorecer a transformação e a consolidar a estabilidade e a segurança nos países do sudeste da Europa. Em 10 de novembro de 2015, a Comissão Europeia apresentou **uma estratégia de médio prazo para a política de alargamento da UE**, a executar durante o mandato da atual Comissão. Tal estratégia fornece uma orientação clara e estabelece o quadro e os instrumentos necessários para ajudar os países em causa a resolver as questões e os requisitos fundamentais do processo de adesão.

Pós-Cotonu

A UE e os seus Estados-Membros têm relações de longa data com os **Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (Estados ACP)**. O atual acordo com os nossos parceiros ACP, o Acordo de Cotonu, vigora de 2000 a 2020, conta com a participação de 78 países parceiros e abrange a cooperação política, a cooperação para o desenvolvimento e a cooperação económica e comercial.

Em 2015, a Comissão e a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança lançaram um documento de consulta⁸ conjunto sobre a execução do atual acordo e sobre as possíveis vias a seguir a partir de 2020. A consulta pública terminou em dezembro de 2015 e seus resultados ajudarão a delinear o futuro desta importante parceria.

Género

O novo **Plano de Ação sobre o Género (PAG)** intitulado «Transformar a vida das raparigas e mulheres através das relações externas da UE (2016-2020)»⁹ foi aprovado pelo Conselho em outubro de 2015. Esta ambiciosa iniciativa visa reforçar o papel de liderança da Comissão

⁸ JOIN(2015) 33 final de 6.10.2015.

⁹ SWD(2015)182 final, 21.9.2015.

neste domínio e promover uma abordagem estratégica que combine mais investimentos, uma melhor coordenação e a partilha de responsabilidades.

Ação da UE: igualdade de género

Do orçamento anual da UE afetado aos domínios abrangidos pelo presente relatório, cerca de 6,5 mil milhões de euros são consagrados à igualdade de género enquanto objetivo principal ou significativo. A Comissão apoia em todo o mundo um certo número de ações que defrontam diretamente os problemas da desigualdade de género, incluindo programas destinados a eliminar a mutilação genital feminina, reduzir a violência contra as mulheres e as raparigas, melhorar o acesso das mulheres aos recursos produtivos, como a terra, e reduzir os casamentos de crianças.

Energia sustentável e alterações climáticas

A ambiciosa agenda para o desenvolvimento sustentável da ONU reconhece que as alterações climáticas são um dos maiores desafios do nosso tempo e observa que os seus efeitos negativos comprometem a capacidade de os países alcançarem o desenvolvimento sustentável¹⁰. A agenda de 2030 prevê um ODS específico relativo a medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

Na **Conferência de Paris sobre o clima (COP21)** de dezembro de 2015, 195 países adotaram o primeiro acordo global de sempre sobre o clima, universal e juridicamente vinculativo, abrangendo todos os países. O Acordo de Paris¹¹ estabelece um plano de ação global para evitar alterações climáticas perigosas, limitando o aquecimento global a um nível inferior a 2 °C. A UE esteve na vanguarda deste esforço internacional e foi a primeira grande economia a apresentar o seu contributo previsto para o novo acordo em março de 2015.

A UE comprometeu-se a consagrar pelo menos 20 % do seu orçamento para 2014-2020 a medidas de combate às alterações climáticas¹² e está a duplicar as suas despesas relacionadas com a biodiversidade nos países em desenvolvimento.

Ação da UE: Energia Sustentável para Todos

A energia é um dos principais motores do crescimento inclusivo e sustentável. Entre 2014 e 2020, subvenções da UE no valor de 3,5 mil milhões de euros serão combinadas com outras fontes de financiamento a fim de estimular o investimento em energia sustentável nos países parceiros até um montante máximo de 30 mil milhões de euros.

Direitos humanos e boa governação

Em julho de 2015, a UE reiterou o seu compromisso político em favor do quadro estratégico de 2012 sobre os direitos humanos e a democracia¹³ e adotou um **novo plano de ação para**

¹⁰ <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>, objetivo 13 de «Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável».

¹¹ Adoção do acordo de Paris: <https://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/l09r01.pdf>

¹² COM (2011) 500 final de 29.6.2011 e Conclusões do Conselho 37/13 de 8.2.2013.

¹³ http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/131181.pdf

os direitos humanos e a democracia para o período 2015-2019¹⁴. O plano de ação traduz em objetivos concretos e ações específicas os objetivos gerais de proteger e promover os direitos humanos e de apoiar os processos democráticos em todo o mundo.

AÇÃO GLOBAL

O forte nexo entre **desenvolvimento e migração** foi reiterado com a inclusão do tema da migração na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 identifica também as deslocações forçadas como fator decisivo que ameaça inverter os recentes avanços em matéria de desenvolvimento.

A **Cimeira de Valeta**, realizada em novembro de 2015, reuniu os Chefes de Estado e de Governo africanos e europeus numa tentativa de reforçar a cooperação e abordar os desafios e as oportunidades da migração e da mobilidade, de acordo com uma abordagem equilibrada e em estreita parceria entre os países de origem, de trânsito e de destino.

O **Fundo fiduciário de emergência** da UE (1,8 mil milhões de euros) para a estabilidade e o combate às causas profundas da migração irregular e do fenómeno das pessoas deslocadas em África¹⁵ foi lançado na Cimeira de Valeta. Trata-se de um instrumento flexível que vem complementar a cooperação para o desenvolvimento já realizada pela UE na região e que visa apoiar, no âmbito de três componentes geográficas (Sael/Lago Chade, Corno de África, Norte de África), a execução efetiva dos compromissos de Valeta.

Em 2015, foram intensificados os esforços para apoiar os países mais afetados pela crise dos refugiados provocada pela **continuação do conflito sírio**, nomeadamente aumentando a dotação do fundo fiduciário regional da UE em resposta à crise síria e estabelecendo acordos de cooperação (pactos) com o Líbano e a Jordânia. Este fundo figura atualmente entre os principais instrumentos utilizados pela UE para dar resposta à crise das deslocações forçadas na região.

O Fundo fiduciário regional da UE está igualmente aberto a todos os outros doadores internacionais. Uma alteração à decisão que instituiu o fundo veio clarificar que as pessoas que se encontram deslocadas no interior Iraque para escapar à crise na região constituem um grupo beneficiário do fundo e introduziu uma maior flexibilidade para apoiar os países afetados que não se encontram na vizinhança imediata da Síria. Este alargamento do âmbito de aplicação do fundo prevê a possibilidade de ser prestado apoio nos Balcãs Ocidentais aos países terceiros.

Além disso, aquando da Cimeira UE-Turquia de 29 de novembro de 2015, a UE e a Turquia adotaram uma declaração conjunta na qual se prevê um plano para a mobilização de fundos substanciais para apoiar os importantes esforços envidados pela Turquia para acolher os refugiados sírios. Neste contexto, a Comissão Europeia criou o Mecanismo em favor dos refugiados na Turquia para coordenar a mobilização de 3 mil milhões de euros provenientes do orçamento da UE e das contribuições dos Estados-Membros.

¹⁴ https://eeas.europa.eu/human_rights/docs/eu_action_plan_on_human_rights_and_democracy_en.pdf

¹⁵ C(2015) 7293 final, de 20.10.2015.

Ação da UE: Síria

O projeto intitulado «Criar uma trajetória de recuperação rápida através da educação na Síria» traduziu-se, por exemplo, num melhor acesso à educação por parte de dois milhões de crianças, em cerca de 3 000 escolas, em seis províncias sírias e durante os anos letivos de 2013-2014 e 2014-2015. Foi ministrada formação médica e fornecido apoio psicossocial em 180 escolas; foram remodeladas 100 escolas e 200 000 crianças tiveram acesso a um programa de autoaprendizagem; 1 500 professores receberam formação para trabalhar com crianças com necessidades especiais.

Migração e mobilidade

Em 13 de maio de 2015, a Comissão Europeia adotou a **Agenda Europeia da Migração**¹⁶, que define os grandes princípios e as medidas para esta área para o período 2015-2020. A agenda, uma das dez prioridades políticas da Comissão Juncker, traça um plano ambicioso e abrangente para uma melhor gestão da migração, tanto no imediato como a longo prazo. Os seus quatro pilares são uma política comum forte em matéria de asilo, a luta contra o tráfico de seres humanos e a prevenção da migração irregular, a gestão das fronteiras externas e uma nova política em matéria de migração legal.

A migração é uma questão de importância vital para as relações da UE com os seus vizinhos próximos, em especial a leste e a sul, muitos dos quais são países de origem ou de trânsito de migrantes. Nestes países, a UE concede uma ajuda significativa para a gestão da migração, a promoção da estabilidade e o combate às causas profundas da migração, através do reforço da resiliência das populações vulneráveis, do desenvolvimento económico e do apoio a uma melhor governação.

Os diálogos sobre a migração com os países parceiros africanos foram reforçados e aprofundados, nomeadamente através dos **Processos de Rabat e de Cartum sobre a migração**, bem como através do **Diálogo UE-África sobre migração e mobilidade**.

Desenvolvimento, paz e segurança

Não pode haver um desenvolvimento sustentável sem paz e segurança e não pode haver uma paz duradoura sem desenvolvimento. A resolução dos problemas de segurança e de desenvolvimento exige a mobilização de todos os instrumentos da UE e constitui um elemento essencial da Abordagem global da UE.

Em 2015, a UE elaborou uma comunicação conjunta intitulada «Elementos para um quadro estratégico à escala da UE para apoiar a reforma do setor da segurança»¹⁷, que prevê uma política coerente para uma abordagem sinérgica das atividades de curto e médio prazo, tais como as missões no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e as ações de desenvolvimento a longo prazo realizadas pela UE no domínio da segurança.

Em 2015, foi adotada uma comunicação conjunta intitulada «Desenvolver as capacidades para promover a segurança e o desenvolvimento»¹⁸. A curto prazo, estão a ser desenvolvidos

¹⁶ COM(2015) 240 final de 13.5.2015.

¹⁷ JOIN(2016) 31 final de 5.7.2016.

¹⁸ JOIN(2015) 17 final de 28.4.2015. <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/TXT/?uri=CELEX:52015JC0017>

projetos-piloto concretos. A longo prazo, serão elaborados quadros políticos e modalidades de financiamento de forma a abranger todos os intervenientes envolvidos (civis e militares).

No final de 2015, a UE tinha em curso 18 missões e operações civis e militares da PCSD, das quais duas operações militares lançadas em 2015: a EUNAVFOR MED SOPHIA contribui para dismantlar o modelo de negócio das redes de introdução clandestina e de tráfico de seres humanos na zona sul do Mediterrâneo central, ao passo que a EUMAM CAR se centra no aconselhamento e assistência no domínio militar às autoridades da República Centro-Africana.

Em 2015, a UE continuou a investir e a desenvolver capacidades em matéria de prevenção de conflitos e de sistemas de alerta precoce, o que é consideravelmente mais eficaz em termos de custos do que as intervenções pós-crise.

AED 2015

Sob o lema «*O nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro*», o Ano Europeu para o Desenvolvimento 2015 (AED 2015) surgiu no momento certo e teve um saldo muito positivo. Foi a primeira vez que um Ano Europeu foi consagrado ao tema das relações externas, tendo chegado num momento de importantes decisões a nível mundial.

O AED 2015 permitiu aos cidadãos europeus compreender melhor o modo como a ajuda da UE está a transformar as vidas e as comunidades de todo o mundo. No total, no âmbito do AED 2015 foram organizados em toda a UE 3 828 eventos, nos quais participaram mais de 1,9 milhões de pessoas.

RESPONSABILIZAÇÃO E RESULTADOS

Cada euro gasto em apoio dos países parceiros deve produzir o maior impacto possível. Em 26 de março de 2015¹⁹, a Comissão Europeia publicou o **Quadro da UE para a cooperação internacional e o desenvolvimento baseado em resultados**, que reforça a capacidade da Comissão em matéria de acompanhamento e comunicação dos resultados concretos das ações financiadas pela UE neste domínio e faz parte da política geral da Comissão destinada a orientar a ação da UE para os resultados. Os serviços da Comissão publicaram o primeiro relatório com base no quadro de resultados²⁰ em 2016. O documento de trabalho dos serviços da Comissão que acompanha a presente comunicação constitui o segundo relatório. De ora em diante, a Comissão apresentará anualmente um relatório sobre os resultados das ações financiadas pela UE nos domínios da cooperação e do desenvolvimento, os quais serão confrontados com os resultados globais no domínio do desenvolvimento.

Ação da UE: principais resultados em 2015

Entre os resultados obtidos pelos projetos e programas que ficaram concluídos entre meados de 2014 e meados de 2015 destacam-se os seguintes:

Boa governação: foram apoiadas quatro eleições livres e justas

¹⁹ SWD(2015) 80 final, lançamento do Quadro da UE para a cooperação internacional e o desenvolvimento baseado em resultados.

²⁰ SWD (2016) 255, primeiro relatório sobre resultados selecionados da cooperação internacional e do desenvolvimento da UE.

Prevenção de conflitos, consolidação da paz e segurança: 404 000 pessoas beneficiaram de programas de apoio à consolidação da paz pós-conflito civil e/ou à prevenção de conflitos

Agricultura sustentável, segurança alimentar e nutrição: 5 025 000 mulheres e crianças com menos de 5 beneficiaram de programas de nutrição, permitindo reduzir a mortalidade infantil

Energia: foram construídos ou modernizados 2 600 km de linhas de transporte/distribuição de eletricidade

Educação: 10 635 000 crianças foram matriculadas no ensino primário, 7 603 000 no ensino secundário e 175 000 professores receberam formação

Saúde: 8 104 000 nascimentos foram assistidos por pessoal de saúde qualificado, permitindo reduzir a mortalidade materna

Recursos naturais, ambiente e alterações climáticas: foram geridos 3 951 000 hectares de áreas protegidas para garantir a diversidade biológica e preservar o património natural

Transportes: 8 905 000 pessoas tiveram acesso a estradas transitáveis durante todo o ano

Emprego e proteção social: 195 000 pessoas beneficiaram de programas de ensino e formação profissional ou de desenvolvimento de competências, destinados a melhorar o emprego, a produtividade e a competitividade.

Desenvolvimento do comércio e do setor privado: 10 000 empresas obtiveram acesso ao crédito para estimular o investimento e evitar os riscos

RESULTADOS GLOBAIS

Reforçar a parceria África-UE

Para além dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do **Acordo de Cotonu**, as relações África-UE evoluíram de forma positiva no contexto da Estratégia conjunta África-UE por ocasião de uma importante **reunião África-UE, realizada em Bruxelas em 22 de abril de 2015**, que reuniu os colégios da Comissão da União Africana e da Comissão Europeia. Nesta sétima reunião dos colégios foram debatidos vários temas, nomeadamente a paz e a segurança, a democracia, a boa governação e os direitos humanos, o desenvolvimento humano, o desenvolvimento sustentável e inclusivo, o crescimento e a integração continental, bem como as questões mundiais e emergentes.

2015 foi também um ano importante do ponto de vista das atividades de cooperação no terreno com a Comissão da União Africana, destacando-se o aumento do apoio financeiro canalizado através do Mecanismo de apoio à paz em África e do Programa pan-africano.

A paz e a segurança são determinantes para o desenvolvimento e a cooperação em África. Neste contexto, a Comissão tem trabalhado de forma incansável para promover uma solução política no **Burundi**, tendo sido lançados os procedimentos de consulta previstos no artigo 96.º do Acordo de Parceria ACP-UE.

O 11.º **diálogo sobre direitos humanos** União Africana-UE teve lugar em 24 de novembro de 2015, em Kigali, no Ruanda. Ambas as partes reafirmaram o seu empenhamento na

promoção e proteção dos direitos humanos e na colaboração para uma execução eficaz dos instrumentos internacionais e continentais no domínio dos direitos humanos.

Ébola

A UE continuou a dar resposta à **epidemia de ébola** ao longo de 2015. Foi concedido um apoio orçamental suplementar à **Libéria** (31 milhões de euros) e à **Serra Leoa** (43 milhões de euros) a fim de amortecer o impacto económico da epidemia e de fornecer a estes países fundos para estabilizar as finanças públicas. Foram lançados vários projetos estratégicos no âmbito do programa que liga a ajuda humanitária ao desenvolvimento, por exemplo para reforço dos sistemas de saúde e da resiliência dos meios de subsistência na **Guiné** ou acesso à água nas escolas na **Libéria**. Foram igualmente lançados os primeiros programas de recuperação na **Guiné** (saúde) e na **Libéria** (educação e energia).

A nível mundial, os serviços da Comissão Europeia e o Serviço Europeu para a Ação Externa organizaram a **conferência internacional de alto nível sobre o ébola**, que teve lugar em 3 de março de 2015. A conferência contribuiu para manter a dinâmica e a tónica na luta contra a doença. No final do ano, os três países afetados estavam todos em vias de ser declarados livres do ébola.

A Direção-Geral da Investigação e da Inovação e a Iniciativa sobre medicamentos inovadores investiram cerca de 240 milhões de euros através de convites à apresentação de projetos urgentes para combater o vírus ébola²¹. Todos os projetos tiveram início entre o final de 2014 e o início de 2015.

Apoio à Somália

Em 21 de outubro de 2015, realizou-se em Bruxelas uma **conferência de doadores sobre a Somália organizada conjuntamente pela UE e o ACNUR**. A Somália tem uma das maiores comunidades de pessoas deslocadas em todo o mundo, com 1,1 milhões de deslocados internos e quase um milhão de refugiados provenientes do Corno de África. A conferência mobilizou ajuda internacional para melhorar as condições de vida dos refugiados somalis e das pessoas deslocadas, tendo sido prometidos 94 milhões de euros no próprio dia, para os quais a UE contribuirá com 60 milhões de euros destinados a duas ações específicas.

Ação da UE: refugiados da Somália

Um programa de 50 milhões de euros lançado em 2015 **contribuirá para gerir os regressos voluntários** para a Somália, a partir do Quênia, do Iémen e da Europa, para melhorar o quadro jurídico aplicável às pessoas deslocadas internamente, aos refugiados e aos repatriados, para aumentar o acesso aos serviços básicos e para criar oportunidades de subsistência realistas.

Paralelamente, a UE financiará um programa de 10 milhões de euros destinado ao norte do Quênia para prestar assistência e proporcionar melhores condições de vida aos refugiados que não têm possibilidade de regressar e às comunidades que os acolhem.

²¹ <http://ec.europa.eu/research/health/index.cfm?pg=area&areaname=ebola>

Esperança para a República Centro-Africana

Em 26 de maio de 2015, por ocasião de uma **conferência internacional sobre a República Centro-Africana**, a União Europeia aumentou a sua assistência em 72 milhões de euros e diversos países prometeram novas autorizações no valor de 29 mil milhões de euros para o **Fundo Fiduciário Bêkou da UE**²².

O primeiro fundo fiduciário da UE, o Fundo Bêkou, demonstrou a sua celeridade e eficiência com seis novos projetos, que demonstram como a UE é capaz de mobilizar rapidamente as suas energias e os seus instrumentos.

Ação da UE: projeto de saúde Bêkou

O projeto de saúde Bêkou visa garantir o acesso aos serviços básicos de saúde a um milhão de pessoas, num país em que a maioria das estruturas e serviços de saúde foram interrompidos. Em 2015, o projeto assegurou o acesso aos serviços básicos de saúde e atingiu 450 000 beneficiários diretos.

Sael

Em 2015, a UE disponibilizou uma verba de 216 milhões de euros para combater a crise alimentar e nutricional nos **nove países do Sael**. As crises alimentares recorrentes na região do Sael afetaram fortemente a resiliência dos mais pobres, que muitas vezes são obrigados a abandonar os seus lares para procurar melhores condições de vida.

O **Fundo Fiduciário de Emergência para África**, instituído na sequência da Cimeira de Valeta em 2015, apoiará alguns dos países africanos mais frágeis e vulneráveis, incluindo o Sahel e a região do Lago Chade.

Os Balcãs Ocidentais e a Turquia

A Comissão Europeia adotou a sua estratégia de alargamento a médio prazo em 10 de novembro de 2015²³. A Comissão reiterou a sua forte ênfase no princípio da «prioridade aos aspetos fundamentais» no processo de adesão, no âmbito do qual o Estado de direito, os direitos fundamentais, o reforço das instituições democráticas, incluindo a reforma da administração pública, bem como o desenvolvimento económico e a competitividade são questões centrais. A Comissão continua a centrar os seus esforços no sentido de garantir que os países do alargamento privilegiem as reformas nestes setores fundamentais.

Balcãs Ocidentais: agenda para a conectividade

Nos Balcãs Ocidentais, a conectividade está no cerne dos esforços da Comissão destinados a promover a integração entre os vários países e entre estes últimos e a UE. A UE reservou um montante que pode atingir mil milhões de euros para projetos de investimento na conectividade e assistência técnica para o período de 2014-2020. Em 2015, a UE concedeu 200 milhões de euros para o cofinanciamento de dez projetos prioritários no valor de 600 milhões de euros, que incluíram um terminal intermodal, duas pontes e três projetos

²² *Bêkou* significa esperança em sango, a língua falada pela maioria da população centro-africana.

²³ COM(2015) 611 final de 10.11.2015.

ferroviários, bem como a interconexão da rede elétrica e o reforço do sistema de transporte de eletricidade da região.

Vizinhança Europeia

A comunicação conjunta «**Para uma nova Política Europeia de Vizinhança**» foi adotada em 18 de novembro de 2015²⁴, na sequência de um documento de consulta conjunto²⁵, publicado em 4 de março de 2015, e de uma consulta pública subsequente que recolheu mais de 250 contribuições.

As principais prioridades com um interesse mútuo para a UE e os seus parceiros são as seguintes: a boa governação, a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos; o desenvolvimento económico para a estabilização; a conectividade, a energia e as alterações climáticas; a segurança; a migração e a mobilidade.

Ucrânia: reforço do Estado de direito

Em 2015, a Ucrânia fez progressos importantes no domínio da justiça e da luta contra a corrupção adotando nova legislação, nomeadamente a lei sobre o direito a um julgamento justo e a lei relativa ao ministério público. Com a assistência da UE, a estratégia de reforma do setor da justiça para o período 2015-2020 começou a ser aplicada e o Gabinete Nacional Anticorrupção foi criado, tendo sido recrutados 70 detetives por concurso público.

Ásia, Central e Pacífico

Em 25 de abril de 2015, o **Nepal** foi atingido por um **terremoto devastador de 7,8 de magnitude** e, em maio, outro forte terramoto fez-se sentir no país. A União Europeia reagiu de imediato à catástrofe mobilizando seis milhões de euros para apoio a intervenções de emergência. Esta ajuda foi rapidamente seguida de um apoio orçamental de 16,6 milhões de euros para permitir ao governo do Nepal prosseguir os trabalhos de reconstrução e de resposta à situação de emergência.

Ação da UE: a recuperação e a reconstrução do Nepal

Em resposta aos terremotos devastadores, a UE criou um programa intitulado «**Ação Nepal-UE para a recuperação e a reconstrução**» (NEARR) por ocasião da Conferência internacional sobre a reconstrução do Nepal, realizada em junho de 2015. As verbas afetadas a este programa incluem um montante de 100 milhões de euros sob a forma de apoio orçamental e um montante de 5 milhões de euros para medidas complementares. O programa NEARR foi elaborado em tempo recorde e apoia a campanha de reabilitação e reconstrução *New Nepal Building Campaign* lançada pelo governo nepalês.

Em 2015, as intervenções financiadas pela UE no **Afeganistão** destinaram-se a assistência médica de emergência, alimentos e água potável, proteção, abrigos, saneamento, promoção da higiene, apoio aos meios de subsistência para as populações afetadas pelo conflito e as catástrofes naturais em geral e para as pessoas deslocadas em particular. Além disso, em 26 de outubro, um terremoto de 7,5 de magnitude atingiu a capital da província de Badakhshan,

²⁴ JOIN(2015) 50 final de 18.11.2015.

²⁵ JOIN(2015) 6 final de 4.3.2015.

no nordeste do país, afetando 12 províncias em todo o país. Em 2015, a ajuda humanitária da UE ao Afeganistão elevou-se a 40 milhões de euros, incluindo um montante adicional de 12 milhões de euros atribuído em dezembro para satisfazer as crescentes necessidades humanitárias. Este apoio foi fornecido num momento de forte escalada do conflito no país.

Ação da UE: segurança alimentar no Afeganistão

Em 2014 e 2015, a UE contribuiu para ensinar 540 mulheres a cultivar produtos hortícolas e leguminosas, a fim de reduzir a malnutrição e de relançar o consumo de alimentos diversificados e saudáveis. Foram apoiadas cerca de 900 famílias nas províncias de Bamiyan e de Ghor, dotando-as de novas competências que irão perdurar muito para além do período de vida do projeto.

América Latina e Caraíbas

Em 10 e 11 de junho de 2015, realizou-se em Bruxelas a segunda Cimeira entre a UE e a **Comunidade de Estados da América Latina e das Caraíbas** dedicada ao tema geral «Construir o nosso futuro comum: trabalhar para criar sociedades prósperas, coesas e sustentáveis para os nossos cidadãos». Foi assinado na cimeira o programa indicativo regional UE-Caraíbas para 2014-2020 no valor de 346 milhões de euros. O plano de ação birregional foi atualizado e foram adicionados dois novos capítulos sobre o ensino superior e a segurança dos cidadãos.

Paralelamente à cimeira, realizou-se a **Cimeira empresarial UE-CELAC** dedicada ao tema «A Europa, a América Latina e as Caraíbas: promover um crescimento inclusivo e sustentável através do reforço do papel das pequenas e médias empresas». A UE é o principal investidor estrangeiro na região da CELAC e o seu segundo parceiro comercial.

A ciência, investigação, inovação e tecnologia constitui o primeiro ponto do plano de ação UE-CELAC²⁶, elaborado após a Cimeira de 2015. O diálogo sobre a ciência, a investigação, a tecnologia e a inovação, através da «Iniciativa conjunta UE-CELAC para a investigação e inovação», instituído em março de 2011, consolidará a cooperação UE-CELAC.

²⁶ http://ec.europa.eu/research/iscp/pdf/policy/eu-celac_action_plan_2015.pdf